

Nivaldo Magalhães

Coordenador estadual do Procace

“Não tem escrito que a agricultura familiar é só para sobreviver”



Foto: Evandro Pereira

Gestor do projeto enfatiza que o Procace 2 vai investir US\$ 105 milhões visando o desenvolvimento sustentável

Taty Valéria
tatyavalieria@gmail.com

Com uma extensa experiência na área técnica rural, iniciada em 1977, Nivaldo Magalhães ainda acumula 20 anos de gestão pública à frente de órgãos ligados ao desenvolvimento das famílias do campo. Nivaldo também foi eleito e reeleito por unanimidade pelos dirigentes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba (Emater-PB) de todo o país para presidir a Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária, a Asbraer. Em janeiro desse ano, Nivaldo assumiu o desafio de coordenar o Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimatá (Procace).

Em entrevista ao Jornal A União, Nivaldo Magalhães fala sobre a importância do trabalho do extensionista, sua experiência em campo e como irá funcionar o Procace 2, programa que irá atuar nos 223 municípios paraibanos, beneficiar 50 mil famílias, e que irá receber investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida).

A entrevista

■ O senhor tem uma longa trajetória profissional trabalhando com ações voltadas para as famílias do campo. É possível apontar as mudanças mais significativas dentro da sua área de atuação, no que diz respeito ao desenvolvimento rural na Paraíba durante esses anos?

Iniciei minha trajetória em 1977, como extensionista e posso dizer que a maior mudança foi em relação ao conceito, por conta da própria evolução natural da tecnologia. Além de extensionista há 46 anos, tenho 20 anos como gestor público. Também vi muita coisa jogada fora, pois foram feitas muitas políticas sendo feitas mais pelo dinheiro, do que pelos projetos. Vou dar um exemplo: foi conceituado a começar a se plantar soja no município de Esperança, e tinha recurso. Mas como se planta soja fora da área de industrialização da soja? Também lembro da experiência do primeiro frigorífico de batatinha, também em Esperança, quando foi construído um espaço para beneficiar mil toneladas de batatinha e que não chegou a beneficiar mais que 300 toneladas. Mas essas experiências foram gratificantes porque, ao longo dos anos, vamos aprendendo o que é melhor.

■ O Nordeste, de modo geral, é uma região que ainda carece de políticas públicas que garantam seu desenvolvimento econômico. Na sua opinião, enquanto gestor e conhecedor da realidade local, quais são os gargalos que impedem o crescimento econômico e a melhoria na qualidade de vida da população?

Acho que tudo isso passa pela qualidade da assistência técnica, porque as políticas públicas existem, mas faltam recursos, e quem acaba bancando tudo, são os estados. Por isso que as coisas não têm funcionado bem, se não tem assistência técnica, como o camarada vai mudar de vida? Ele pode saber que aquilo tudo é válido, mas quando vai para a possibilidade, contrai um empréstimo, e sem assistência técnica, vai tudo por água abaixo. Então eu acredito que, para que as coisas caminhem, é preciso ter uma boa assistência técnica, uma boa pesquisa.

As previsões apontam que teremos 10 anos de chuvas pela frente, mas o que temos planejado para esse período? E o que há de planejado para

segurança jurídica ao quadro de funcionários. Se eu não tivesse feito nada na minha vida profissional, só em ter conseguido essa reforma estatutária na Asbraer, já me daria por satisfeito.

■ Falando sobre regularização fundiária, existe algum levantamento sobre os números de famílias paraibanas que aguardam a regularização de suas terras? Qual o cenário atual?

Quase todas as famílias aguardam pela regularização, e eu explico. Foi criada uma lei em 2001, Lei nº 10267/01, e dizia à época que todas as propriedades rurais do Brasil teriam que ser georreferenciadas, certificadas pelos institutos de terra e certificadas em cartório. Só que a lei naquela época se referia às propriedades acima de 1.500 hectares, mas hoje, todas as propriedades, a partir de 25 hectares, precisam ser regularizadas até 2025. Isso vai cair no colo dos prefeitos que serão eleitos ano que vem. Eu faço esse alerta porque os prefeitos se preocupam muito em pedir emenda parlamentar e estão escutando desse trabalho, que é muito caro.

Quando estava na Emater, realizamos o Programa de Regularização Fundiária de Imóveis Rurais e o município de Lagoa Seca teve as demandas 100% atendidas, foram mais de três mil títulos de propriedade. Lagoa Seca é o município do Brasil mais completo em regularização fundiária. Com essa boa experiência, nós pedimos um novo projeto para o território da Borborema, que contempla 21 municípios. São 20 mil títulos, e entregamos, até o ano passado, 12 mil títulos, e pretendemos entregar mais oito mil títulos até o final desse ano.

■ Dados do Censo Agropecuário de 2017, indicaram que 47,8% da produção pernambucana nesse setor vem da agricultura familiar, mais que o dobro da registrada no Brasil, que ficou em 22,8%. Como o senhor avalia esse cenário numa perspectiva econômica e de desenvolvimento?

Vou pegar uma deixa do governador João Azevêdo, que fica bravo quando diz que a agricultura familiar tem que trabalhar só com cultura de subsistência. Não tem escrito em canto nenhum que a agricultura familiar é só para sobreviver. Nós pretendemos aqui no Procace, e eu já defendo isso, que o agricultor familiar, guardadas as devidas proporções, um modelo de empresa. A gente aprende na escola agrícola, que uma propriedade rural só é viável se possui cinco atividades. Então a nossa ideia, e nós já temos um modelo de conceito de agricultura familiar que pode ser uma empresa, por menor que seja.

■ Em junho, foram lançados o Procace 2 e o Projeto EcoProdutivo. O que representa cada um deles?

A nossa ideia dentro do Procace 2 é que o agricultor melhore sua qualidade de vida, desde a regularização da terra, até a produção e escoamento dessa produção. Serão US\$ 105 milhões investidos no desenvolvimento rural sustentável, nos 223 municípios paraibanos, num total de 50 mil famílias. Vamos ter a oportunidade de alcançar comunidades importantes, a

exemplo dos povos indígenas, ciganos e quilombolas, além da agricultura familiar e do artesanato.

Já o EcoProdutivo, ninguém tem no Brasil. Foi desenvolvido por mim na época que estava na Emater, mas os nossos planos foram frustrados pela seca e pela pandemia. Então o EcoProdutivo é a realização de sonho. Quando cheguei no Procace, o órgão estava dando assistência técnica a nove comunidades ribeirinhas. Me reuni com os técnicos e pedi que, dessas nove comunidades, eles elessem apenas uma, que seja de agricultura familiar, para que quando chegassem os recursos do Procace 2, nós tivéssemos algo para que governador levasse para todo o estado e que se tornasse referência nacional.

Foi escolhida uma propriedade de 25 hectares no município de Congo, e começamos um trabalho desde a regularização da terra, até a comercialização do produto, sem que o agricultor gastasse absolutamente nada. Instalamos um painel de energia solar, que irá gerar energia elétrica para a casa e para os pontos de irrigação; também vamos instalar um biodigestor, para gerar o gás de cozinha suficiente para sete botijões de gás; vamos fazer 30 metros de mata ciliar, consorciado com a pastagem; vamos usar um hectare da propriedade para plantar palma, 200 mudas de caju e 200 mudas de goiaba; vamos incluir a criação de abelhas jandaira (sem ferrão) nas áreas revegetadas; também teremos o quintal produtivo, com todas as possibilidades de árvores frutíferas que existem na região, que será demarcada com coqueiros.

Vamos utilizar a água da Transposição do Rio São Francisco para a piscicultura, e colocamos 3.500 alevinos num tanque de pedra que já existia na propriedade. Também vamos pagar a primeira ração desses alevinos e com seis meses, o produtor faz a primeira despesa, e a prefeitura, através de uma parceria com o projeto, irá comprar todo o peixe. Todo o rebanho também irá passar por um processo de melhoramento genético para otimizar a produção de carne e leite.

■ Quanto de recursos está sendo destinado para o Procace 2 e para o EcoProdutivo?

O Procace 2 vai investir US\$ 105 milhões, sendo US\$ 70 milhões provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), US\$ 10 milhões do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) e US\$ 25 milhões de contrapartida do Governo do Estado.

O custo total do Projeto EcoProdutivo chegará a R\$ 500 mil, beneficiando 92 associados da Associação de Agricultores e Criadores. Desse total, R\$ 160 mil são de recursos do Procace. O restante do montante serão oriundos de ações das entidades parceiras como Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido - SEAFDS, Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - Sedap, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Sustentabilidade - Semas, UFCC/Peasa/Sebrae, Agência Estadual de Gestão das Águas - Aesa, Empresa de Pes-

quisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária - Empaer, Superintendência de Administração do Meio Ambiente - Sudema, Instituto Nacional do Semiárido - Insa, Associação de Formação e Incentivo para o Nordeste Karrent - Afink, e Prefeitura Municipal do Congo, além da contrapartida solidária da associação e das famílias do proprietário onde o projeto está sendo instalado.

■ O Procace é um órgão que atua em parceria com outros. Como funciona esse trabalho conjunto?

Essa já é uma boa oportunidade pra gente entender o que é o Procace. Na verdade, o Procace é um projeto, e eu estou aqui gerenciando esse projeto, que é ligado à Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento do Semiárido. Nós temos autonomia, mas somos os executores desse projeto. Para dar andamento a essa execução do Procace 2, por exemplo, precisamos da Secretaria de Meio Ambiente, também precisamos da Secretaria de Agropecuária e da Pesca. Trabalhamos ainda com a Secretaria de Infraestrutura; precisamos da Secretaria de Desenvolvimento Humano, porque também desenvolvemos esse trabalho social, Secretaria da Juventude, da Secretaria da Mulher, Emater, que dará assistência técnica.

Dessas 50 mil famílias beneficiadas com o Procace 2, 10 mil pessoas precisam ser jovens; 25 mil precisam ser mulheres. É uma coisa bem desenhada. Vamos aproveitar a estrutura da Emater (com 15 coordenadorias regionais), para instalar 15 escritórios do Procace. Por isso o trabalho em conjunto é tão importante.

■ Em quanto tempo o Procace 2 será colocado em prática no Estado?

É importante contextualizar que nós temos um rito a cumprir, que é o empréstimo do Banco Interamericano e do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. O primeiro passo para conseguir a liberação desse empréstimo, foi a criação da proposta, onde apontamos como esse projeto irá mudar a vida dessas pessoas. O próximo passo é o governador João Azevêdo encaminhar para a Assembleia Legislativa da Paraíba a Lei Autorizativa será enviada após o recesso parlamentar. Aprovada a Lei Autorizativa para o empréstimo. Por fim, uma visita de representantes do BID e do Fida para mostrarmos o desenho do projeto (que aconteceu no último 18 de julho). Ai começamos o trabalho nas cinco regiões do estado, sentando e conversando com as associações e cooperativas.

Então é um trabalho que exige um processo e essa é uma boa oportunidade de lembrar que as pessoas podem cobrar suas reivindicações durante as audiências do Orçamento Democrático. Aquilo que é cobrado lá, o governador já coloca para que os secretários vejam o que é prioridade. É uma oportunidade única porque o projeto será construído logo após as plenárias, e isso fará que, quando chegarmos nas comunidades, as associações e cooperativas já estejam organizadas e o que pretendem realizar em suas regiões.



Foto: Evandro Pereira

“

A nossa ideia dentro do Procace 2 é que o agricultor sua qualidade de vida

Nivaldo Magalhães

o período de seca que virá depois? O nosso trabalho agora, baseado na experiência que nós temos, é fazer algo de concreto.

■ Por dois mandatos consecutivos, o senhor presidiu a Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária. Qual balanço desses quatro anos à frente da Asbraer?

Vou começar pelo final. A Asbraer tinha uma história de disputa muito forte, e quando fui convidado para essa disputa, pedi que não houvesse concorrência, mas com o único objetivo de houvesse uma unidade. Fizemos a reforma estatutária da entidade, fizemos todas as adequações, com